

Aprovação do PDOT foi ponto principal da atuação da CLDF

Segundo o balanço, deputados analisaram 333 proposições em 2025

Diogo Lima/Agência CLDF

Dados da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) indicam que o ano legislativo foi encerrado com 333 proposições finalizadas. O Correio da Manhã ouviu deputados distritais para avaliar o desempenho da Casa ao longo do ano e conhecer os planos eleitorais para 2026. A maioria dos parlamentares destacou a aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), concluída após 16 anos sem revisão, como ponto principal das atividades do ano.

O deputado Ricardo Vale (PT) confirmou que pretende disputar a reeleição e apontou como principais avanços o impedimento da privatização dos boxes das feiras, o fim da cobrança retroativa do Instituto de Previdência (Iprev) sobre aposentados e pensionistas, além do avanço de leis voltadas ao cuidado de animais abandonados em condomínios e da implementação do Cartão Uniforme Escolar.

Também pré-candidato à reeleição, o deputado Max Maciel (Psol) afirmou que ainda há muitos desafios no Distrito Federal, sobretudo na defesa de políticas públicas que assegurem direitos, justiça social e qualidade de vida. Entre os avanços do ano, citou a tarifa zero no transporte público, políticas de arborização e a atualização do PDOT. Ele criticou a condução do orçamento, apontando ausência de metas claras e



Aprovado pela CLDF, PDOT estava sem revisão há 16 anos

perda de bilhões de reais, cenário que, segundo ele, deve persistir em 2026.

CPI do Melchior

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) informou que também pretende disputar a reeleição. Ele avaliou como positivos a aprovação do Plano Diretor, da Lei Orçamentária Anual, que prevê R\$ 74,4 bilhões, sendo R\$ 45,9 bilhões em orçamento direto, além da instalação da CPI do Rio Melchior, que investigou problemas ambientais na região.

Entre os temas que foram investigados na CPI, que teve seus trabalhos concluídos na segunda-feira (15) estava a ameaça de instalação de uma usina termelétrica no Distrito Federal, que seria resfriada usando as águas do rio. A discussão sobre a instalação da usina corria na surdina, até ser denunciada pelo Correio da Manhã e gerar grande reação da sociedade. A autorização para a instalação da usina acabou sendo rejeitada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), evitan-

do, então, um enorme risco de maior poluição ambiental no DF. A reportagem tornou-se finalista do Prêmio Mosca de Jornalismo.

Maior erro

Para o deputado Chico Vigilante (PT), que também disputará a reeleição, o principal avanço da Câmara neste ano foi a aprovação do PDOT. Em contrapartida, classificou como o maior erro da Casa a não instalação da CPI do Banco Master, que buscava apurar possíveis irregularidades envolvendo o Banco de Brasília (BRB).

Políticas públicas

O deputado Jorge Vianna (PSD) confirmou que tentará um novo mandato e avaliou o ano como produtivo em termos de aprovação de políticas públicas, embora tenha destacado dificuldades relacionadas às limitações orçamentárias e à construção de consensos dentro da Câmara Legislativa.

Já a deputada Jaqueline Silva (MDB) ressaltou os avanços na política fundiária, com a aprovação do PDOT e alterações na Lei de Uso e Ocupação do Solo, e afirmou que também pretende disputar a reeleição.

Por fim, o deputado Gabriel Magno (PT) afirmou que será candidato à reeleição e avaliou que a Câmara se consolidou como um espaço central de debate político e mediação de conflitos no Distrito Federal.

Ele destacou as discussões sobre a CPI da Saúde e do IGES, a greve dos professores, o diálogo com movimentos sociais e a atuação da Casa em temas como o PDOT, a CPI do Rio Melchior e a defesa do BRB como patrimônio público.

O recesso oficial da Câmara Legislativa do Distrito Federal começa na próxima segunda-feira (22) e segue até o dia 2 de janeiro de 2026.

Ibaneis inaugurou a reforma da Praça dos Estados no DF

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), inaugurou, ontem (16), a reforma da Praça dos Estados, na Candangolândia. A obra, segundo a Agência Brasília, recebeu investimento de cerca de R\$ 2 milhões para adequações do espaço.

Situada às margens da Estrada Parque Indústria e Abastecimento (Epia), a praça também passa a funcionar como ponto de apoio para pessoas que circulam diariamente pela via. A intervenção incluiu mudanças estruturais e melhorias no uso do solo.

A área das bandeiras teve o piso substituído por concreto usinado, o que amplia as possibilidades de utilização para eventos e atividades coletivas.

Foi construído um estacionamento com pavimentação em blocos, totalizando 40 vagas, sendo duas destinadas a idosos



Obra custou R\$2 milhões para ampliar e melhorar espaço

e uma reservada a pessoas com deficiência (PCD). Outras ações envolveram reforço da iluminação pública, reforma da quadra poliesportiva e implantação de um campo de futebol.

O projeto contemplou ainda paisagismo e áreas verdes, reor-

ganizando cerca de 3 mil metros quadrados. Segundo a Agência Brasília, a proposta foi criar um ponto de encontro para a comunidade, com opções de lazer, prática esportiva e permanência, além de valorizar um local ligado à história da capital.

DF: saúde a mulheres vítimas de violência

Mulheres vítimas de violência, a partir dos 40 anos e em situação de vulnerabilidade social, passarão a receber atendimento em saúde visual em dez regiões administrativas do Distrito Federal. De acordo com a Secretaria de Justiça e Cidadania do DF (Sejus), as ações incluem promoção, prevenção e cuidado oftalmológico, com foco na ampliação do acesso a serviços básicos de saúde.

A iniciativa alcança moradores do Guará, Brazlândia, Plano Piloto, Estrutural, Gama, Santa Maria, Taguatinga, Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Paranoá. A medida foi oficializada por meio do Extrato do Termo de Fomento nº 19/2025, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

O acordo foi firmado entre a Sejus e a Associação de Apoio Renovatio, organização da so-

cidade civil responsável pela execução das atividades previstas no projeto.

O documento estabelece as diretrizes do atendimento e define as obrigações das partes envolvidas. Com vigência até 20 de julho de 2026, o termo prevê a transferência de recursos financeiros conforme plano de trabalho aprovado.

Ainda conforme divulgado pela Sejus, o valor global da parceria é de R\$ 999.550,50, repassado em três parcelas durante a execução.

A iniciativa de saúde integra as políticas públicas voltadas à proteção e ao cuidado integral de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

O acordo da Sejus havia sido assinado na última sexta-feira (12) e não estabelece uma contrapartida financeira por parte da entidade executora.